

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: MENSÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROMETIMENTO MÍNIMO DO COMPORTAMENTO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Sonia Mari Miuk Rosa¹

RESUMO

As concepções de Educação Especial e Inclusiva são muito discutida e analisada nos dias atuais, no que tange as deficiências que muitas vezes são apresentadas no contexto escolar observa-se a necessidade de uma maior compreensão por parte de todos, ou de uma mudança nas práticas pedagógicas que abrangem esta modalidade de ensino e talvez ainda uma mudança de postura por parte dos envolvidos na educação de pessoas com necessidades especiais, hora aqui especificamente relatado a deficiência intelectual. O trabalho de cunho bibliográfico investigou sobre o papel da sociedade frente deficiência apresentada, o contexto histórico e social da Educação Especial / Inclusiva com ênfase na deficiência intelectual. Sendo que se observa a necessidade de que seja contemplado nos currículos escolares o desenvolvimento de propostas pedagógicas inovadoras e contextualizadas condizentes com o processo de desenvolvimento do educando nesta etapa ou modalidade de ensino. O trabalho permitiu observar e analisar o comportamento e convívio na escolaridade da pessoa com deficiência intelectual grave enfatizando quais são os pressupostos teóricos e metodológicos que permeiam a Educação Especial e Inclusiva, e a melhor maneira de aplica-los afim de fazer com que as práticas de ensino sejam embasadas em ações mais solidárias e igualitárias, favorecendo a integração escolar e social da pessoa com deficiência intelectual grave.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Deficiência Intelectual; Integração Escolar.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz um estudo teórico sobre alunos com necessidades especiais com ênfase na deficiência intelectual, procurando compreender o processo histórico da Educação Especial / deficiência intelectual, as abordagens teóricas e metodológicas desta modalidade de ensino, bem como o currículo escolar e as práticas pedagógicas utilizadas no dia a dia nas instituições de ensino.

¹ Graduação Em Licenciatura Plena Em Geografia pela Fesc, Gestão Publica pela IFPR .Especialização em Educação Especial pela Esap e metodologia em Historia e Geografia pela Barão de Mauá. E-mail Soniainiuk@hotmail.com

Inicialmente se faz abordagens teóricas e históricas relacionadas as a causas etiológicas do comprometimento mínimo das pessoas com deficiência intelectual. Relatando o processo histórico educacional no que se refere ao desenvolvimento de propostas pedagógicas contempladas nos currículos escolares das instituições de ensino que atuam nesta modalidade de ensino, bem como as orientações curriculares condizentes com o processo de desenvolvimento do educando nesta etapa ou modalidade de ensino

A abordagem no II capítulo será de observar e analisar o comportamento e convívio na escolaridade da pessoa com deficiência intelectual grave enfatizando quais são os pressupostos teóricos e metodológicos que permeiam a Educação Especial e Inclusiva.

Destacando-se o desenvolvimento das habilidades e competências e a forma que ela se processa em alunos com deficiência intelectual grave.

Será relatada uma visita de observação a uma escola de Educação Básica na Modalidade Especial quais foram as análises realizadas, quais as dificuldades que os professores possuem desenvolvimento das atividades e as metodologias e ensino aplicadas a essa modalidade de ensino, bem como a relação comportamental do educando no decorrer da visita.

2 CAUSAS E ETIOLOGIA DO COMPROMETIMENTO MÍNIMO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Atualmente é emergente e necessário que seja entendido como se deu o processo histórico educacional no que se refere ao desenvolvimento de propostas curriculares e metodologias aplicadas ao da pessoa com deficiência intelectual no decorrer do processo educativo no Brasil, contexto do qual estamos inseridos e fazemos parte.

Ao analisar o contexto histórico educacional da pessoa com deficiência mental e intelectual observamos que no decorrer da história da humanidade a mesma já foi chamada por variados vocábulos assim como imbecil, idiota, débil, retardada mental e muitos outros nomes. Sendo que por muitas vezes as mesmas não eram compreendidas e eram excluídas da comunidade a qual pertenciam, (RODRIGUES, 2008, p.07) destaca que:

Nas sociedades de cultura primitiva, os povos eram nômades, sobrevivendo da caça e da pesca. Estavam sujeitos às intempéries e aos animais selvagens. Tudo isto dificultava a aceitação de pessoas que fugiam à rotina da tribo, pois, incapazes de ir à busca da caça e de sobreviver por si mesmos à agressividade da vida, essas pessoas mostravam-se dependentes da tribo. Por este motivo, eram abandonadas em ambientes agrestes e perigosos, o que inevitavelmente contribuía para sua morte.

A falta de compreensão do que acontecia com estas pessoas fazia com que muitas delas morressem por falta de cuidados, sendo que hoje se torna necessário compreender os tópicos históricos que envolviam as pessoas com deficiência intelectual para verificar a evolução educacional ou social que as envolve.

Destaca (RODRIGUES, 2008, p.07) que na antiguidade acontecia muito abandono das mesmas na sociedade:

Em Esparta e Atenas crianças com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas subhumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização sócio-cultural desses dois locais. Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos.

Denota-se na história que foi na idade média, com o surgimento do cristianismo que as mesmas começaram a ser vistas com um olhar mais humanizado, onde recebiam cuidados mais frequentes no seu dia a dia e deixaram de ser abandonadas a própria sorte como anteriormente.

Segundo a história a partir daí “estas pessoas passaram a ganhar alma” e eliminá-las ou abandoná-las significava atentar contra os desígnios da divindade.

Mas os seus direitos ainda não eram completos conforme relato de (RODRIGUES, 2008, p.08)

Assim, ao longo da idade média são consideradas “filhos de Deus” (anjos retratados em pinturas da época possuíam características de síndrome de Down). Todavia, a igualdade de status moral ou teológico não correspondia à igualdade civil e de direitos. A pessoa com deficiência mental passa a ser acolhida caritativamente em conventos ou igrejas, ou, quando a deficiência não era acentuada,

sobrevivia na família, escapando à exposição (prática do abandono à inanição ou servindo como palhaços ou atrações em praças).

Devido a esse novo olhar que vinha surgindo a respeito das pessoas com deficiência intelectual e segundo apontamentos históricos foi no século XIII que surgiu primeira instituição para pessoas com deficiência, precursora de atendimento sistemático. Era uma colônia agrícola, na Bélgica, que propunha o tratamento com base na alimentação, exercícios e ar puro para minimizar os efeitos da deficiência. Mas isso trouxe outras complicações e observou-se a necessidade de criação de leis específicas para detalhar as responsabilidades sobre essas pessoas. No século XIV, surge a primeira legislação sobre os cuidados com a sobrevivência e com os bens das pessoas com deficiência mental.

De acordo com (RODRIGUES, 2008, p.09) a lei determinava:

O rei era responsável por esses cuidados e recebia a herança como pagamento. Nessa lei surge a distinção entre a pessoa com deficiência mental e com doença mental; a primeira, "loucura natural", pessoas que sofriam de idiotia permanente e, a segunda, "lunática", aquelas que sofriam de alterações psiquiátricas transitórias. O doente mental tinha direito aos cuidados sem perder os bens. A lei não deixou de marcar a diferença entre eles.

Nota-se no citado acima que até este momento não havia a preocupação que existe atualmente e pouco ou quase nada se falava da responsabilidade da família no processo de vida das pessoas, e até então não existia uma preocupação global e sim fragmentada da problemática que envolve as pessoas com deficiência intelectual.

No século XVI médicos como Paracelso e Cardano, (RODRIGUES, 2008, p.10) "[...] definem a deficiência intelectual como uma fatalidade hereditária ou congênita, sendo um problema de ordem médica a quem denominava cretinos ou idiotas. Cardano, além de concordar que a deficiência era um problema médico, se preocupava com a educação das pessoas que apresentavam a deficiência." .

Como se pode observar somente neste momento é que começaram a pensar que as pessoas com deficiência intelectual poderiam aprender e que

deviam ter direito a educação. Ou seja, onde se começou acreditar que isso era possível.

Na história da deficiência, encontramos algumas fases distintas que permearam a própria formação destes conceitos nos valores morais, éticos, filosóficos e religiosos criados pela própria sociedade e cultura de cada época, mas, no fundo, falam sobre um único fim: os valores pré-determinados pela sociedade.

A criança com Deficiência Mental é diagnosticada por alguns fatores: observando a capacidade do cérebro da pessoa para aprender, pensar, resolver. A competência necessária para viver com autonomia e independência na comunidade em que se insere.

Também é observado sua vida diária como vestir-se, tomar banho, comer comunicar-se convivência com os membros da família. De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais (DSM-IV, 1994, p.39) da American Psychiatric Association, as características essenciais do retardo mental são:

Critério A: funcionamento intelectual significativamente inferior à média; critério B: acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autos cuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança; critério C: o início deve ocorrer antes dos 18 anos.

Em 1992 a Associação Americana de Retardo Mental (AAMR) adotou uma nova conceituação de deficiência intelectual (porém era denominado Deficiência Mental) deixando assim de considerar um traço absoluto da pessoa que a tem, mas um atributo que interage com o seu meio ambiente físico e humano, o qual devem adaptar-se as necessidades especiais dessa pessoa, promovendo-a de apoios para funcionar nas áreas que compõem as habilidades adaptativas: comunicação, habilidades sociais, desempenho na vida familiar e na vida social, lazer e trabalho. Atualmente a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a considerar o termo deficiência intelectual o mais apropriado para se referir ao funcionamento do intelecto especificamente e não da mente como um todo. Sendo que é possível a pessoas com deficiência intelectual aprender de acordo com o grau

apresentado , justificando-se uma reorganização espacial e curricular para atender a demanda cada vez mais presente nas instituições escolares, visto que essa reorganização é fundamental para garantir a aprendizagem e incluir o educando nas diversas situações educacionais e realidades individuais apresentadas.

O contexto educacional que a sociedade atual oferece àqueles que apresentam alguma deficiência para se adaptar à expectativa da comunidade em que vivem é fruto de um processo histórico social que remonta à Idade Antiga. A evolução do processo educacional no Brasil trouxe marcas destes e muitos outros fatos históricos do qual a sociedade vivenciou nem que seja através dos antepassados.

Atualmente muitas leis foram criadas e com certeza a sociedade tem um novo olhar sobre as pessoas com deficiência intelectual. O início da mudança neste processo evolutivo se deve a toda sociedade e com certeza cada vez mais com o envolvimento dos familiares no processo educacional e na inserção na sociedade destas pessoas.

Vale destacar que houve o avanço das políticas públicas de inserção social preconizando um ato efetivamente diferenciado nas comunidades escolares com a educação especial e inclusiva que abrange o sistema educacional como cita (MITTLER, 2003, p. 25)

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo coerente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação.

Conforme o exposto nota-se a diferenciação existente a partir do momento que se coloca em prática a Educação Inclusiva que integra os sistemas de ensino atualmente, visto que a mudança é ampla e necessária. Os avanços ocorrem na medida em que o currículo é repensado a partir de uma nova conceituação das pessoas com necessidades educativas especiais e o que vem como mudança junto é consequência da evolução social e um

repensarem de um novo espaço, de um novo tempo e de um novo fazer pedagógico voltado para aumentar o processo educativo do aluno.

Para (RODRIGUES, 2008, p.21) a escola é inclusiva quando todos da equipe escolar – diretores, professores, secretaria, serviços gerais – participam ativamente desse projeto, sendo o processo educativo a etapa fundamental para que realmente ocorra a inclusão, favorecendo de fato a evolução do processo educativo garantindo a aprendizagem significativa e prazerosa dos alunos portadores de deficiência intelectual:

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Ao retomar os aspectos históricos da educação inclusiva e especial nota-se uma maior preocupação por parte da sociedade civil organizada nas questões que dizem respeito as pessoas portadoras de necessidades especiais. Com certeza as políticas públicas que foram colocadas em pratica contribuíram para redimensionar um novo olhar sobre as pessoas com deficiência intelectual, visto que além das mesmas terem um tratamento clínico de mais qualidade as famílias começar a fazer parte do processo educativo ou social de uma forma mais organizada e ampla, lutando pelos direitos das mesmas sejam na área educacional, social, de saúde e outros.

É importante observar a forma como a pessoa com deficiência intelectual interage com os demais, a sua forma de se relacionar com os pares e seu processo evolutivo geral no desenvolvimento de suas capacidades dentro das limitações que cada um apresenta e suas características individuais relacionadas ao processo do qual esta passando.

3 COMPORTAMENTO E CONVÍVIO NA ESCOLARIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL GRAVE

Partindo dos pressupostos teóricos e metodológicos que englobam a educação especial e inclusiva nota-se uma grande dificuldade no desenvolvimento das habilidades e competências previstas para serem desenvolvidos com os alunos que apresentam necessidades educativas em especial os que apresentam deficiência intelectual. Sendo necessária uma grande atuação por parte dos educadores considerando o mundo globalizado em que vivemos onde devemos estar em constante reflexão sobre a educação nos dias atuais, conforme destaca (ROSA, 2012, p.14)

No mundo globalizado que estamos inseridos é relevante e necessária a reflexão sobre os fatores e as ações do contexto escolar. Dessa forma faz-se necessário à busca de uma nova reflexão no processo educativo onde o agente escolar passe a vivenciar essas transformações de forma a beneficiar suas ações podendo buscar novas formas didáticas e metodológicas de promoção do processo ensino e aprendizagem com seu aluno sem com isso ser colocado como mero expectador dos avanços estruturais de nossa sociedade, mas um instrumento de enfoque motivador desse processo.

Como destaca a autora, independente da modalidade de ensino do qual estejamos inseridos sempre será necessário uma análise continuada dos fatores que influenciam o processo de aprendizagem, as novas metodologias de ensino que devem ser implantadas com o objetivo de superar as dificuldades encontradas, seja qual for o processo educacional o aluno deve ser participante ativo no desenvolvimento de suas habilidades.

Conforme parafraseia (ROSA, 2012, p. 49)

O grande desafio da educação atual é com certeza a implementação de uma metodologia capaz de transformar a prática fragmentada e descontextualizada da realidade de muitas escolas brasileiras por uma prática de ensino globalizada e interdisciplinar fazendo com que a aprendizagem seja contínua, abrangente e significativa.

Através das pontuações realizadas pela autora a prática educativa não pode nunca ser fragmentada ou fora da realidade do aluno e considerando as grandes dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência intelectual faz-se necessário cada vez mais que ocorra um planejamento inserido na realidade para que haja um avanço mais continuado no processo de aquisição de

habilidades sejam elas simplificadas ou complexas dependendo do grau de deficiência intelectual que o educando apresenta.

Em visita de observação a uma escola de educação básica na modalidade Educação Especial percebeu-se que os professores tem uma grande dificuldade em fazer com que o aluno com Deficiência Intelectual aprenda e até mesmo desenvolva as atividades junto com os demais colegas, o comportamento desses indivíduos é muito variável devido seu atraso evolutivo alguns deles tem uma grande dificuldades de locomoção; também dificuldades de coordenação acabam ficando perturbados e não aceitando fazer as atividades pedagógicas sugeridas pelo professor.

O governo do Estado de Santa Catarina publicou um documento sobre a política da Educação Especial juntamente com o ministério da Educação (BRASIL, 2006, p.23) destaca o seguinte:

A deficiência mental como comprometimento cognitivo relacionado ao intelecto teórico (capacidade para utilização das formas lógicas de pensamento conceitual), que pode também se manifestar no intelecto prático (capacidade para resolver problemas de ordem prática de modo racional), que ocorre no período de desenvolvimento, ou seja, até os 18 anos de idade.

De acordo com o documento pessoas com deficiência intelectual tem um prazo determinado para desenvolver-se racionalmente, conceitualmente e muitas vezes também sua parte motora, geralmente se adaptam mais facilmente com o desenvolvimento de atividades que são realizadas por movimentos repetitivos.

Por isso o termo deficiência intelectual é usado quando a pessoa apresenta limitações no funcionamento mental e também no desenvolvimento de algumas tarefas como comunicação e no relacionamento social.

Motivo esse que é necessário destacar a qualidade de vida do aluno como ponto principal nas escolas especiais como se descreve no fascículo organizado pela Universidade Federal do Ceará – (UFC, p. 05.2004)

A qualidade da vida social e profissional das pessoas que apresentam deficiência intelectual repousa em boa parte sobre bases que são o desenvolvimento intelectual e as aprendizagens significativas que teve na escola e fora dela. Quando o professor

percebe a capacidade de o aluno aprender, ele empreende ações que possibilitam essa aprendizagem.

A escola especial ao preocupar-se com a qualidade de vida social dos alunos vem ao encontro de uma filosofia de vida aonde se deve ressaltar que a criança com deficiência intelectual também é possuidor de vontades, desejos e tem necessidades de serem aceitos. Conforme destaca (GAIO, 2004, pag.83)

Todos os alunos sejam suas dificuldades e incapacidades reais ou circunstanciais, físicas ou intelectuais, sociais, tem a mesma necessidade de serem aceitos, compreendidos e respeitados de maneiras a aprender e quanto ao tempo, interesse e possibilidades de ampliar e de aprofundar conhecimentos, em qualquer nível escolar.

A participação efetiva dos pais no processo de aprendizagem com certeza facilita a prática pedagógica dos professores. Isso evidencia a responsabilidade que a escola tem em incentivar e apoiar sem articulação família-escola. As duas instituições são responsáveis pela inserção do sujeito no contexto social devendo torná-lo capaz de alcançar o conhecimento com autonomia e acompanhar as mudanças sociais, tecnológicas e econômicas.

É importante relatar que para acontecer a efetivação do direito da inclusão na educação é necessário oferecer qualidade de ensino a todos os seus alunos, indistintamente. O que exige, constantemente, reformulações e novos posicionamentos, motiva a modernização do ensino, e essencialmente, o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. Torna-se, portanto, uma inovação que implica atualização e reestruturação das condições educacionais das escolas brasileiras e uma predisposição de todos os envolvidos com o processo educacional inclusivo.

CONCLUSÃO

A pesquisa bibliográfica aqui apresentada oportunizou compreender um pouco mais sobre as teorias que sustentam a Educação Especial / Inclusiva principalmente as que se referem às pessoas com Deficiência Intelectual sejam elas leves, moderadas ou graves.

Percebe-se que as abordagens teóricas e metodológicas desta modalidade de ensino, bem como o currículo escolar e as práticas pedagógicas vem sendo repensadas e reelaboradas partir do significado de aplicação das mesmas no cotidiano escolar das instituições que atendem esta modalidade de ensino.

Destaca-se a necessidade de uma maior compreensão por parte dos educadores no que tange as abordagens teóricas e históricas relacionadas as a causas etiológicas do comprometimento mínimo das pessoas com deficiência intelectual. Bem como ao desenvolvimento de propostas pedagógicas condizentes com o processo de desenvolvimento do educando nesta etapa ou modalidade de ensino.

Os estudos colaboraram para o entendimento das causas da deficiência intelectual como: Condições genéticas, problemas durante a gravidez, problemas ao nascer, etc. bem como o relato de como se elabora um diagnostico da criança com Deficiência Mental , bem como os fatores que influenciam no desenvolvimento da pessoa.

Os estudos bibliográficos permitiram analisar as formas como a comunidade trata e vê as pessoas com deficiência intelectual sendo que os mesmos sempre foram marcados e discriminados pela a sociedade e até nos dias atuais permanece uma grande resistêcia na aceitação do mesmo. Relata-se o empenho dos familiares para buscar soluções e alternativas para que seus filhos alcancem condições para serem aceito na sociedade e tenham o desenvolvimento esperado também na aprendizagem.

Enfim a pesquisa bibliográfica nos permitiu compreender um pouco mais sobre a Educação Especial e Inclusiva e seus pressupostos históricos, filosóficos, sociológicos e educativos contribuindo assim para a mudança de nossa prática educativa.

**INTELLECTUAL DISABILITY: DIMENSION LACK OF MINIMUM
COMMITMENT OF BEHAVIOR IN BASIC EDUCATION SCHOOLS IN TYPE
OF SPECIAL EDUCATION**

ABSTRACT

The concepts of Special and Inclusive Education are much discussed and analyzed in the present day, regarding the deficiencies that are often presented

in the school context notes the need for greater understanding by all, or a change in pedagogical practices covering this type of education and perhaps even a change of attitude on the part of those involved in the education of people with special needs, time reported here specifically intellectual disabilities. The work of bibliographic imprint investigated the role of society ahead disabilities presented, the historical and social context of Special Education / Inclusive with an emphasis on intellectual disability. Being who sees the need to be examined in school curricula the development of innovative teaching and contextualized proposals consistent with the process of development of the student at this stage or mode of education. The work allowed us to observe and analyze the behavior and interaction in the education of people with severe intellectual disabilities emphasizing what are the theoretical and methodological assumptions that permeate the Special and Inclusive Education, and the best way to apply them in order to make the practices of education are based on solid and more egalitarian solidarity actions, encouraging academic and social integration of people with severe intellectual disabilities.

Key-words: Education; Intellectual Disability; School integration.

REFERÊNCIAS

AAMR (American Association on Mental Retardation) **Retardo Mental: definição classificação e sistemas de apoio**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2007.MEC/SEESP -SANTA CATARINA, 2006.

BARROS, M. E. B. **Procurando outros paradigmas para a educação**. Em **Educação e Sociedade**, v. 21, n72, agosto, 2000.

GALLO, S. **Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar**. Em: N. Alves e R. Garcia Leite (org.). **O Sentido da Escola**. Rio de Janeiro: DP&a, 1999.

GAIO, Roberta. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GARCIA, P. B. **Paradigmas em crise e a educação**. Em Brandão Z. (org.). **A crise dos paradigmas e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

MAFRA,CORREA **O lúdico e o desenvolvimento da criança deficiente intelectual**, 2008

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, A.F.B. **Multiculturalismo, currículo e formação de professores**. Em: A. F. B. M. (org.). **Currículo: políticas e práticas**. São Paulo: Papirus, 1999.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** In Ribeiro, Vera Masagão (Org.) **Educação de adultos: novos leitores, novas leituras.** Campinas: Ed. Mercado das Letras, 2001.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente / Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental.** Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

ROSA, Rozecrei. **O papel do professor articulador educacional frente às dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental,** da E.E. Angelina F. Mazutti. Dissertação de mestrado. Paraguai -2012.

<http://www.psicologianet.com.br/criancas-com-deficiencia-mental-leve-comodiagnosticar-e-identificar-a-deficiencia-mental-em-criancas/2779/>

http://www.psicopedagogavaleria.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=43:deficiencia-intelectual-atrasocognitivo&catid=1:artigos&Itemid=11
acessado em 11-11-2013. 20 h

<http://www2.unimep.br/endipe/2489b.pdf> MEC/SEESP Universidade Federal do Ceará – UFC .